



SUMÁRIO

ATOS DO PODER EXECUTIVO.....1

DECRETO Nº 067, DE 30 DE DEZEMBRO DE 20251

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 067, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2025

“Dispõe sobre o cancelamento dos Restos a Pagar e Empenhos Não Processados e Prescritos de exercícios anteriores, e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARIANÓPOLIS DO TOCANTINS, ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que os Restos a Pagar são despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas, nos termos do art. 36, da Lei 4.320/64;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº. 101/2000, só devem compor a dívida flutuante os restos a pagar, desde que haja disponibilidade de caixa para este efeito; CONSIDERANDO que os restos a pagar insubsistentes devem ser cancelados, expurgando-se, a qualquer tempo, as obrigações incertas e indevidas

CONSIDERANDO que Súmula 383 do STF estabelece prazo de prescrição em favor da Fazenda Pública, principalmente quanto aos cancelamentos de restos a pagar;

CONSIDERANDO que com a aprovação do Código Civil Brasileiro, Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, trata da mesma matéria da prescrição dos restos a pagar processados incorporando-a ao texto normativo, conforme o disposto no Art. 206, §5º, I;

CONSIDERANDO a necessidade de verificar se ocorreu qualquer interrupção no prazo prescricional de cinco anos, CONSIDERANDO o Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, aprovado pela Secretária do Tesouro Nacional, que consigna que o cancelamento de empenhos ou despesas inscritos em Restos a Pagar, mesmo não processados, é medida que requer avaliação criteriosa;

CONSIDERANDO a necessidade de verificar se ocorreu contabilmente liquidação indevida da despesa e apurar os fatos comprovando a entrega do bem, de acordo com as orientações do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins – TCE/TO.

DECRETA:

Art. 1º - Os órgãos e unidades orçamentárias do Poder Executivo Municipal, constantes do Orçamento Fiscal deverão cancelar os Restos a Pagar não processados, Empenho não liquidados (por estimativa ou de obrigações não cumpridas comprovadamente) e os Restos a Pagar prescritos legalmente.

Art. 2º - Fica determinado ao departamento de contabilidade do município que proceda ao cancelamento dos restos a pagar não processados, empenhos não liquidados e restos a pagar prescritos legalmente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos a partir da data do Decreto.

Gabinete do Prefeito, aos 30 de dezembro de 2025.

Saulo Costa Moreira
Prefeito Municipal

SAULO COSTA MOREIRA
Prefeito Municipal

